

PROPOSTA - 1

revista a serviço da educação de base



GRAVURA: JOSÉ COSTA LEITE

P R O P O S T A

revista a serviço da educação de base

Junho 1976, nº 1

trimestral

Ano 1

EDITORIAL

Jean Michel Rousseau	1	Apresentação
Redação	3	A revista como proposta

ARTIGOS

Jean Michel Rousseau	11	Assistencialismo, uma questão em aberto
Ida Jancsó	39	Cursos, não basta escolher um instrumento; há que saber usá-lo
Carmen G. Mehedff	43	Projeto agrícola, o instrumento tem implicações que não se pode desconhecer
Transcrito de MOVIMENTO	55	O culto ao último livro: ler mais é saber mais?

RESENHAS 61

PROPOSTA, revista a serviço da educação de base, é editada pela FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Rua das Palmeiras, 90, Rio de Janeiro (RJ). Coordenador Nacional: Jean Michel Rousseau. Redação: Beatriz Araújo, Elter Maciel, István Jancsó, João Luís van Tilburg. Dattilografia: Helena Dias. Impressão: Edival Mazoli. Assinatura anual: Cr\$ 60,00; número avulso: Cr\$ 15,00, exterior ... US\$ 2,00.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Estamos tentando criar mais um instrumento. Um instrumento no campo da comunicação. Por isso mesmo tem que ser leve, ágil e enquadrado em nossas possibilidades financeiras.

Vamos tentar, com exceção da capa, fazê-la toda em casa, com nossos recursos. As variações possíveis quanto a tipos se restringe às esferas da máquina de escrever. A paginação, diagramação e editoração estão sendo realizadas de forma artesanal e tentativa.

O que nos está interessando é encontrar os meios de fazer uma revista simples, de leitura fácil e, na medida do possível, agradável. É uma procura que vai levar algum tempo, pois a tarefa de encontrar tanto a linguagem como a disposição gráfica que sirva aos nossos propósitos requer aprendizado e experiências. Mas como esta não é uma tarefa só nossa, pois atinge também os leitores que deverão reagir, é certo que alcançaremos nossas metas.

Como se poderá notar, este instrumento procura facilitar o trabalho da FASE, dentro de suas preocupações fundamentais, e daquelas entidades ou programas que exercem seus trabalhos na mesma perspectiva e com as mesmas preocupações.

Tem, ao mesmo tempo, uma intenção aglutinadora, que é a de servir de instrumento para maior divulgação das experiências vividas por diferentes programas e entidades que, na maior parte das vezes, agem isoladamente. Tudo isso está bem dentro do espírito com que foi criada a comissão Ad Hoc no encontro de Salvador, que se formou exatamente

te como uma tentativa de aglutinar experiências e ação.

Creemos, finalmente, que os números devem ser encarados como uma carta, uma longa carta, que espera, necessita (e aguarda!) resposta. Sempre. Dessas respostas depende sua continuidade, sua atualização e relevância.

Michel Rousseau

A REVISTA COMO PROPOSTA

Esta é, antes de tudo, uma proposta. Isto porque vai procurar o estabelecimento de uma permuta permanente com os elementos que procura atingir. Não se dirigirá a "leitores" que vez ou outra, escrevam cartas ou enviem notas de elogios e promoções. Seu alvo são as pessoas envolvidas em atividades que denotem uma preocupação real com as parcelas menos favorecidas da população.

Mas como em toda colocação formal os programas e projetos existentes procuram o benefício "do povo", e a experiência tem mostrado que isto está longe de ser verdadeiro, a perspectiva será eminentemente *crítica*, naquilo que implique em aproximação construtiva e atenta.

Diálogo e Formação A matéria publicada estará sempre voltada para o aspecto *formativo* da relação entre redação e leitor. Isto é, enquanto permanecer dentro de seus propósitos, será a expressão da prática, da experiência e da reflexão partilhadas. Então, não se buscará a produção de "bons" textos pura e simplesmente, mas sim a publicação de matéria que reflita um diálogo permanente entre aqueles que veem acumulando experiências e adquirindo uma visão mais precisa de todo o processo social.

Estas posições implicam no estabelecimento de prioridades que garantam sua execução e permanência.

a) Prioridade Tática (equipe de redação)

A equipe de redação deverá passar por um cuidadoso processo de capacitação para poder assumir com segurança o trabalho proposto.

Tal processo implica em atenção permanente ao aparelhamento conceitual (isto é, as categorias, valores e processos de raciocínio) daqueles a quem a revista procurará servir. Isto significa que os problemas relacionados com linguagem, vocabulário e expressões utilizados exigirão muito mais do que "cuidadosa atenção", pois estes elementos estão intimamente relacionados com a utilidade última do trabalho. Exigirão uma mudança fundamental na perspectiva que em geral orienta publicações desta natureza; o esforço deverá ser dirigido no sentido da utilização segura do aparelhamento conceitual mencionado. Caso contrário, mesmo que a edição seja de excelente qualidade e relevância, poderá se tornar em apenas mais uma publicação no setor, o que, evidentemente não compete à FASE.

Note-se bem, não se trata de combater ou negar o trabalho acadêmico, mas simplesmente o reconhecimento de que:

1. Não é da competência ou interesse da FASE cuidar da divulgação do pensamento acadêmico. Para isto existem as publicações especializadas.
2. Embora o termo população nada especifique, trata-se primordialmente de alcançar aquela parcela que, por uma ou outra razão, não tem possibilidade ou tempo de digerir discurso especializado.
3. Finalmente, a redação deve evitar, a todo custo, os hermetismos e vícios em que, muitas vezes, cai o pensamento sistematizado. Isto é, não se trata da troca de teses entre especialistas, mas de instrumental que aperfeiçoe tanto o trabalho como a busca da linguagem adequada.

b) Prioridade Estratégica

Os objetivos buscam, pois, a instrumentalização dos agentes e das equipes de base. Trata-se, então, de uma atividade que implica em permanente troca porque, na medida do possível, a publicação deverá fornecer os elementos críticos que possibilitem tanto a reflexão como a prática por parte daqueles que exercem as atividades consideradas prioritárias e relevantes.

A participação concreta das equipes e dos agentes de base se dará em três níveis principais:

1. Reflexão e elaboração de matérias. A publicação deverá ser o veículo acessível à manifestação de experiências, sua troca e discussão. Deverá possibilitar também a oportunidade para depoimentos captados através de entrevistas etc.
2. Avaliação dos números que forem publicados, através de seminários, contatos pessoais e correspondência. A equipe de redação deverá encontrar todo um esquema que garanta os contatos com agentes, equipes de base e projetos.
3. Reflexão e análise crítica de suas próprias atividades, a partir do instrumental fornecido pela revista. Na medida em que esta análise for feita será possível perceber a contribuição do que foi veiculado, e este será o parâmetro para a publicação em sua continuidade.

Se houver instrumental suficiente para reflexão crítica e alteração de comportamento e atitude, poder-se-á aquilatar o valor e a eficácia da publicação.

Estas posições exigem um desdobramento de atividades por parte da equipe de redação. A publicidade, por si só, não poderia preencher estes objetivos todos. Ela se complementa

ta na medida em que for acompanhada de seminários, encontros, deslocamentos e consultas que operacionalizem os alvos propostos. Não há possibilidade de pensar que determinados objetivos de grande complexidade sejam atingidos a partir de um gabinete no Rio de Janeiro.

Equipe de Redação e Equipes de Base O aprendizado - por parte da equipe de redação - dos elementos fornecidos pelo pessoal de base não se dará por correspondência. A assimilação - por parte dos agentes ou equipes de base - dos elementos fornecidos pela revista não se dará através da leitura isolada. Muito esforço deverá ser despendido antes que se consiga determinar as linhas que predominarão.

Este trabalho de acompanhamento mútuo deverá, de qualquer forma, ser realizado em função das condições sócio - políticas do presente momento.

Finalmente, a intenção fundamental é a de que assessoria à equipe de redação seja realizada pelos agentes ou equipes de base, tornando possível uma permuta permanente de assessoramento.

Objetivos

Embora o objetivo central - colaborar no crescimento da capacidade crítica e da visão da sociedade que tem o pessoal de base - seja determinante na elaboração da revista, não há exclusão de outros objetivos, sejam de caráter informativo ou não, mesmo porque os elementos da formação, tanto individual como do grupo, não se separam assim. Haverá, pois, informação, só que voltada coerentemente para a perspectiva central.

A busca
de uma
relação

Pedagogicamente, o que se busca é uma *relação*, onde um maior número de pessoas, em diferentes lugares, consiga situar melhor os programas de trabalho e tenha possibilidades de reorientar sua ação relacionando-a com outros programas e projetos.

Isto significa que o conteúdo deverá voltar-se prioritariamente para:

- a) integração do mercado nacional. De uma ou outra maneira é preciso conhecer as relações de produção, o uso da terra, os problemas relacionados com a comercialização e as rearticulações do mandonismo local com a crescente racionalização da administração em âmbito nacional.
- b) formação da estrutura social - seus mecanismos, articulações e dinâmica. *Gradativamente* é necessário que o indivíduo e os grupos tenham noção mais clara a respeito das estruturas que o próprio homem construiu. A análise da estrutura social implica no reconhecimento de sua provisoriedade, e isto é de extrema importância para a intenção formativa da publicação.
- c) relação do programa de base com o processo global da sociedade - a capacidade de relacionar, entender as dimensões de toda a atividade humana é imprescindível a uma atitude consciente perante os acontecimentos cotidianos.

É por estes motivos que os artigos, a matéria, não devem ser produzidos isoladamente, mas encaixando-se nesta perspectiva que norteará os trabalhos da publicação. As análises deverão servir para que o processo social mais amplo e as interrelações fundamentais sejam esclarecidas para o agente, para as equipes de base e para a parcela da população que se procura atingir.

Tudo isto exigirá maior flexibilidade no que tange à produção dos artigos e à elaboração dos assuntos. Esta flexibi-

lidade está relacionada com a capacidade de ouvir, de refun
dir, de modificar até que se tenha maior segurança no que
tange aos objetivos. Não se podem esquecer as razões que le
varam à elaboração da revista e, mais claramente, não se po
de descuidar de *quem* deverá ser ouvido.

Em termos de produção intelectual, propriamente dita, bus-
car-se-á maior ampliação e não redução de linguagem.

Contatos Isto só será possível através dos contatos pro
postos, que deverão alcançar uma sistemática
capaz de possibilitar a operacionalização dos objetivos.

Em termos práticos, após o lançamento de cada número, vá-
rios contatos e reuniões deverão permitir sua avaliação em
nível amplo e a continuidade do trabalho na perspectiva em
que é proposto.

Pode parecer que os objetivos são extremamente ambiciosos,
mas a pergunta que cabe é: se não houver atitude concreta
nesta direção, para que servem as publicações? Em que ní-
vel deixam de ser meramente acadêmicas? E, final e funda-
mentalmente, *quem* se beneficia com os trabalhos que comu-
mente são produzidos?

É possível dizer, numa pré-avaliação, que o afastamento des-
ta perspectiva implicará num empobrecimento do trabalho em
relação aos seus objetivos.

Forma

A forma adequada deverá refletir estas colocações básicas
através da unidade dos assuntos que deverão mostrar a diver
sidade de práticas num todo significativo. Sendo assim o
agente, poderá situar-se de forma consciente e segura para
tomar suas decisões.

A unidade das matérias publicadas existirá na medida em que se escolham os temas - mostrando-os sob diferentes ângulos, como, por exemplo:

- 1) projetos; sua elaboração, análise de todas as etapas, seu significado, os mecanismos de aprovação ou não, critérios, etc.
- 2) avaliação; o que é, em que consiste o padrão predominante, as consequências, a inspiração metodológica, etc.

Quanto às vantagens da unidade de tema para cada número, poderiam ser enumerados:

- As experiências seriam incluídas num contexto maior, o que traria uma perspectiva crítica mais segura à análise de cada projeto, de cada programa e da própria avaliação.
- As equipes teriam oportunidade de se reconhecer numa análise de interesse geral que leve em consideração exemplos representativos da diversidade de prática.
- As equipes teriam maior possibilidade de ampliar sua visão em relação a um projeto ou à ação comunitária, adquirindo assim maior sensibilidade quanto ao seu trabalho. As diferentes atividades, em setores afins ou não, seriam conhecidas de maneira mais completa e sistematizada, isto é, mais elementos críticos seriam colocados à sua disposição.

Finalizando, é preciso não esquecer que este é um trabalho que se inicia. Alguns desacertos (e virão muitos) confirmam apenas a necessidade de se procurar a linguagem adequada e de aprofundamento das linhas propostas. O processo de aprendizado mútuo é sempre movimentado e muita coisa requererá recomposição.

Tudo o que aqui vai é uma proposta, uma revista proposta, e não uma elaboração que "já sabe o que quer". É o reconhecimento de uma necessidade, uma grande necessidade, e também a consciência de que necessita ser enfrentada.

Quanto aos desacertos - acertos, descontinuidade - continuidade, busca-encontro, sabemos que é nisto que consiste o diálogo.

Michel Rousseau

I - Um problema atual

Um problema é tanto mais discutido quanto mais interessa, ou quanto mais se sente a importância dele.

O assistencialismo, sem dúvida, é um desses problemas que interessam e importam. É assunto levantado cada vez mais frequentemente nos encontros e seminários onde se reúnem técnicos e agentes de intervenção social. É preocupação e assunto de debate quando se encontram dirigentes de entidades, sobretudo dessas que viabilizam ou financiam programas de intervenção social.

Um assunto muito discutido Um problema é mais discutido também quando, por si, suscita polemicas. É o caso do assistencialismo. Em quase todos os contatos que envolvem maior número de entidades e grupos de trabalho, tem havido a separação entre os que pleiteiam a extinção pura e simples dos projetos assistencialistas, e aqueles que defendem a necessidade de mantê-los incondicionalmente, alegando que ajuda e intervenção social devem ser exercidas sem envolvimento ideológico ou político. E há, ainda, os que defendem alguns desses projetos, justificando sua posição através da carência em que se encontram largas faixas da população nacional.

O que incentiva (e às vezes acirra) também as discussões, é que o assistencialismo não é um assunto simples, como pode parecer à primeira vista. E todas as tentativas de minimizá-lo de forma precipitada só podem contribuir para o obscurecimento da questão. Muitas vezes, a questão é colo-

cada de forma imprecisa e vaga. Frequentemente, os critérios não são definidos, ficando na dependência da subjetividade de quem fala ou critica. Tudo isso gera confusão e complica o problema.

Uma questão confusa Existem, como foi dito, os que consideram o assistencialismo como um erro, de forma absoluta.

Há quem simplifica e classifica, de forma pelo menos precipitada, todos os projetos em "assistencialistas", "promocionais" e "outros".

Há quem identifica assistencialismo e paternalismo.

E há quem critica o assistencialismo, mas não percebe que sua própria prática difere muito pouco daquela que critica, ao menos no plano de sua significação imediata.

Necessidade de sistematizar o assunto Por tudo isso, faz-se necessário refletir e sistematizar um pouco o assunto. Não queremos aqui chegar a fórmulas definitivas, mas fazer um esforço no sentido de organização das reflexões que atualmente se colocam em torno do assunto.

O problema, para ser aprofundado, deve ser colocado num nível diferente das colocações anteriores. Isto é: até que ponto um projeto ou programa atinge as necessidades fundamentais da pessoa humana como um todo. Até que ponto uma intervenção social transmite aos atingidos um instrumental que possibilite a percepção das forças sociais à sua volta, de sua real posição na sociedade, além de capacitá-lo a agir conscientemente no processo social.

Para nosso fim, o assistencialismo (implicando aqui toda a ideologia de quem executa, coordena e aprova) será considerado como tudo o que represente posições e práticas que es-

estimulam a situação de dependência e não permitem a participação consciente por parte dos elementos assistidos. Nesta posição, o relacionamento não traz, tanto para os agentes como para o grupo atingido, nenhum componente que permita a mudança de atitude, impedindo o ajudado de conceber e trabalhar a realidade. Enfim, assistencialistas são os projetos que vêm na atitude ajudadora a totalidade da ação.

II - Três tipos de exemplos

Vale a pena destacar, para ilustrar e exemplificar nosso estudo, algumas práticas que são designadas, genericamente, como assistencialistas (sem que, talvez, o sejam de fato). Dentro de 3 tipos de programas, serão levantados exemplos concretos. Vale dizer que a escolha de tais exemplos "representativos" é só recurso de apresentação: exemplos de projetos assistencialistas existem aos milhares, que poderiam, cada um, ilustrar esse estudo.

Os tipos básicos considerados são:

- a) Projetos de caráter emergencial;
- b) Centros sociais;
- c) Distribuição ou compra de terras e formação de comunidades agrícolas.

Projetos de caráter emergencial

São programas de intervenção social

São programas de intervenção social decorrentes da necessidade de se responder a alguma calamidade não prevista (enchente, inundação, seca...). A finalidade básica é auxiliar a população carente das áreas atingidas a recuperar, com a maior brevidade possível, as condições materiais de existência prevalecentes antes da ocorrência. As formas efetivas desses programas podem variar: financiamento de sementes, reconstrução de casas, distribuição de remédios e alimentos,

etc. Esses programas podem encerrar, ou não, propostas de caráter educativo ou promocional, se bem que, no fundamental, a prática que encerram, durante a vigência da calamidade, tem como eixo a satisfação de necessidades imediatas.

Como exemplo, analisar-se-á a atuação do Conselho de Agências Voluntárias de Recife, que enfrentou o desafio causado pelas enchentes de 1975, na capital de Pernambuco.

Centros Sociais

Normalmente, esses programas resultam de construção de um Centro (edificação), o que implica na organização de uma diretoria e na elaboração de estatutos, com a finalidade explícita de prestar serviços à população da área: normalmente um bairro periférico, uma comunidade rural... Esses serviços são variados, mas geralmente há três tipos principais que podem ocorrer, juntos ou isoladamente, num mesmo centro: cursos, lazer, e assistência médico-odontológica.

É frequente também a ocorrência de "auto-ajuda" a partir da organização de um Centro Social. Os cursos, frequentemente, são dirigidos às mulheres (arte culinária, corte e costura) quando não aos adultos (alfabetização, cursos profissionalizantes...). Na área de lazer, normalmente se procura atingir os jovens, através da organização de festas ou de atividades esportivas. Os programas de "auto-ajuda" assumem, em geral, a forma de melhoria de ruas, construção de pontes, canalização de córregos, esgotos, programas de fossas ou de filtros, etc.

A concepção básica dos Centros situa-se na idéia de que os moradores, trabalhando juntos para o levantamento e a organização do Centro, desenvolverão o espírito de solidariedade, isso é, o espírito comunitário.

Exemplos de Centros são numerosos. Estudaremos aqui o Centro Social de Alto Lage, no município de Cariacica, Espírito Santo, cuja atividade teve início em 1972.

Distribuição ou compra de terras e formação de comunidades agrícolas

Trata-se, normalmente, de projetos de "assentamento" de grupos rurais, pouco numerosos. Em outras palavras, trata-se de programas de colonização. O procedimento central reside em fornecer acesso à propriedade legal da terra a grupos que não têm, objetivamente, condições para tanto. São programas de colonização que não têm, objetivamente, condições para tanto. As formas de organização, como também os procedimentos legais, podem variar grandemente: titulação pura e simples dos proprietários, roças comunitárias, financiamento da compra de terra em condições vantajosas face às possibilidades oferecidas pelo mercado financeiro, etc.

Em geral esses programas encerram propostas de caráter educativo ou promocional, se bem que a posse da terra seja sempre considerada pré-condição para a realização dos objetivos de tipo educativo ou promocional.

O exemplo analisado será o Projeto Gurupí, no Estado do Maranhão, cujo início remonta a 1961.

III - Os aspectos comuns dos projetos assistencialistas

Procuraremos, baseados nos exemplos e no conhecimento da realidade, descobrir o que caracteriza o assistencialismo, o que basicamente o define.

Um exemplo revelador Tome-se, como exemplo, o Projeto Gurupí. Este projeto, iniciado em 1961, pretendia, com base em recursos iniciais da ordem de aproximadamente

350,000 dólares, tornar a população integrada no projeto do na do seu destino. Encontra-se ainda, uma década e meia de pois, tendo dispendido recursos da ordem de mais de 1,500,000 dólares, e utilizado o trabalho de 84 pessoas de fora (técnicos pagos e voluntários), numa situação de não poder ainda transferir a responsabilidade da gestão à população. Assistencialismo? Paternalismo? Evidentemente, havia a preocupação explícita de fugir-se a comportamentos desse tipo. Prova disso é que, explicitamente, houve a proposta de não mais se recorrer a auxílio externo após três anos de atividades junto à população.

Dessa forma, fica claro que a questão não é de "intenção". Esta é relevante enquanto uma das dimensões de um conjunto de variáveis que formam a totalidade do projeto Gurupí, na sua evolução, e que, na verdade, começou antes da instalação das primeiras famílias de colonos nas proximidades da cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão. São vários os elementos. Ao nível da intencionalidade, existem propósitos nobres e permanentemente válidos: caridade, intenção de prestar serviço a quem necessita, dedicação ao trabalho, confiança na capacidade do homem de ser dono do seu destino. Acontece, porém, que os instrumentos escolhidos para a concretização dessas intenções é que vão definir a verdadeira natureza da prática. E mais, não somente os instrumentos, mas também a forma de utilizá-los.

Assim, por exemplo, a utilização da posse da terra. O projeto considerava como pressuposto que o homem do campo, para ter condições de se realizar plenamente, deve ser proprietário da terra que trabalha. A solução encontrada para o problema foi criar condições para que os colonos integrantes do projeto passassem a proprietários dos lotes. Simplesmente, no fim das contas, titulou-se os colonos. Deu-se-lhes a terra, em vista de um objetivo maior.

E assim como foi dada a terra, ofereceu-se também o acesso a uma série de recursos: financiamentos, equipamentos para o trabalho, escola, enfermaria..., que deveriam, em tese, melhorar seu desempenho econômico. Isso tudo, quando se sabe que a auto-suficiência proposta situava-se, fundamentalmente, no plano da capacidade que teria o projeto, após três anos, de auto-financiar-se.

Onde, nisso se situa o assistencialismo?

Uma primeira conclusão já pode ser evidenciada a partir do exemplo citado: o caráter assistencialista dos projetos não pode ser descoberto ou definido somente a partir das intenções ou dos objetivos que norteiam o projeto. Deve-se considerar o "todo" do projeto, sua realidade concreta e global; o projeto deve ser analisado como um conjunto de práticas, métodos, relações e resultados: tudo isso frente aos objetivos do próprio projeto, e frente à realidade sócio-econômica na qual se insere.

As práticas, em si, são importantes: são as atividades como tais, os instrumentos pelos quais se pretende atingir os objetivos. No exemplo considerado, uma das práticas desejadas foi a introdução de novas técnicas agrícolas, a melhoria do equipamento, a racionalização do trabalho e do cultivo, para melhorar a produção. Mas a parafernália de equipamentos sofisticados introduzidos (serraria, perfuratrizes, geradores...), cuja aquisição proveio de doação, nada ou pouco tinha a ver com as necessidades objetivas dos colonos, considerando-se o nível dado de capacidade de manejo e de capacidade econômica de manutenção.

Os métodos, o "como" se utilizam ou se realizam essas práticas, também devem ser considerados. Vê-se, no projeto Guru pí, que o "dar" define o caráter assistencialista do projeto. Mas que não se caia em equívoco: não é o doar, simplesmente. É o doar em condições que retiram daquele que é beneficiado qualquer responsabilidade, ou co-responsabilidade

de face a um projeto que é comum àquele que dá e àquele que recebe. Doar não é necessariamente um mal, nem é a raiz de todo o assistencialismo: o problema se coloca nas condições em que o doar se concretiza.

Fator principal: As relações são um dos fatores principais de assistencialismo. Relações que se colocam basicamente entre os três tipos de pessoas envolvidas em qualquer programa: os que viabilizam, os que executam (agentes) e a população atingida. Constata-se no projeto de Gurupí um detalhe significativo: a disposição geográfica da Colônia, onde se notava uma distinção acentuada entre o núcleo administrativo, e as residências dos colonos, que retrata a separação entre a administração (nas mãos de técnicos e/ou voluntários estrangeiros, geralmente) e a população (o grupo de colonos, no caso).

Enfim, os resultados concretos, os benefícios, os interesses atendidos ou não, nos dirão, mais do que qualquer outro elemento, se existe ou não assistencialismo. E, Gurupí, no projeto analisado, houve resultados (benefícios ou desvantagens) para todos os envolvidos, doadores, agentes e população. Para o grupo de colonos, houve terra, equipamento, serviços de saúde e instrução; houve crescimento humano, libertação da dependência, melhoria econômica?

Todos esses aspectos, e em particular o último (a questão dos resultados e dos interesses) devem ser aprofundados e claramente exemplificados. E por isso vale a pena retomá-los, desta vez a partir dos três tipos de pessoas envolvidas:

- a) os que viabilizaram o projeto
- b) os que coordenaram e executaram: agentes e técnicos
- c) os que foram atingidos ou assistidos

Resultados e interesses para quem viabiliza projetos assistencialistas

Quem viabiliza programas assistencialistas é aquele que oferece as condições efetivas de sua

realização. Nesse sentido, merece essencial atenção o doador dos recursos. O doador que pode ser um particular, uma entidade doadora, um Governo ou entidade governamental, uma Igreja é movido por intenções e objetivos, e espera para si resultados do programa viabilizado.

Quando esses programas são de tipo assistencialista, isso significa que o objetivo do doador é estimular um conjunto de práticas que formam os projetos assistencialistas. Isso pode ser mais ou menos claro para os responsáveis da doação, e não é pouco frequente o caso de entidades viabilizarem (através de financiamento, por exemplo) fundamentalmente programas assistencialistas, afirmando, entretanto, que operam numa linha promocional, rejeitando qualquer tipo de assistencialismo.

O interesse fundamental do doador reside, principalmente quando se trata de uma entidade estrangeira, em promover um modelo de organização social e de serviços que julga o mais adequado para a superação das condições de pobreza e miséria em que se encontra a população a ser beneficiada. Em outras palavras, resulta na tentativa de imposição de um modelo de relações sociais, de organização social que, aos seus olhos, é o mais adequado.

O projeto Gurupí ilustra bastante bem essas afirmações. Os modelos propostos por financiadores e viabilizadores (e não lhes veio à mente propor outros: eram os modelos que davam sucesso econômico ao seu país europeu) tinham por pressuposto e ponto pacífico, por exemplo, que os colonos deviam ser proprietários: e deu-se-lhes a terra; que se devia aumentar o poder aquisitivo: e foram introduzidas técnicas e assessoria maciça para aumentar a produção; que a população (e era finalidade do projeto) devia beneficiar-se melhor do

que a sociedade de consumo podia oferecer: e nisso parece até que se exagerou, com tantos assessores especializados, atendimento médico ótimo, equipamentos sofisticados, etc.

Resultados depen
dem das relações
e tipo de organi
zação

O resultados esperados pelos viabiliza
dores se traduziram também nas relações e no tipo de organização dadas no interior do projeto. Basta aqui refletir sobre a divisão entre administradores e beneficiários do projeto, sobre a dependência dos colonos, e outros fatores já levantados.

Quando se trata de doadores nacionais, a situação se torna menos geral. O doador, que frequentemente pode ter objetivos a curto prazo em relação ao beneficiado do programa, tenta impôr determinados tipos de relação imediata (orientação de votos de eleitores, melhoria das condições de consumo, etc) que significam uma instrumentalização imediata da "doação". Dessa forma, pode-se afirmar que o programa assistencialista interessa e beneficia ao que o viabiliza, na medida em que orienta a prática do beneficiado numa direção que lhe convém.

O assistencialismo e
o agente ou técnico

Partamos desta vez, e para variar, do exemplo de um Centro Social. Al
to Lage é bairro do município de Ca
riacica, no Grande Vitória, ES. Lá, atrás da igreja local, um grupo, escolhido e animado por um "agente de intervenção social", construiu um Centro Social, nos moldes tradicionais e comuns a quase todos esses Centros. Foi criada uma Diretoria, para administrar o Centro, foram elaborados esta
tutos e regulamento. E partiu-se para utilização do Cent
tro. Vale dizer que o Centro foi feito pela comunidade, com poucos recursos externos.

Em relação ao agente (que é o que nos interessa aqui, e que é peça imprescindível em qualquer programa assistencialista), pode-se fazer algumas considerações.

a) Nos projetos assistencialistas, o agente é sempre insubstituível, e sua atuação é sempre super-dimensionada.

Foi o caso de Alto Lage. Aos olhos da população, o Centro não foi obra da comunidade, mas do técnico da FASE, agente no local. A diretoria era, a bem dizer, influenciada por ele. Reuniões não se faziam sem sua presença. Ele determinava o que fazer.

b) A profissionalização do agente implica em jogos de poder e prestígio que, em geral, colaboram para a sua perpetuação, tanto nos contatos com os grupos como nas relações com as entidades mantenedoras.

Na construção do Centro de Alto Lage, era o técnico que conseguia os recursos necessários, que geria esses recursos, distribuía as tarefas. Isso é tanto mais fácil de compreender quando se sabe que o agente do programa da FASE na área já tinha contatos com o grupo envolvido no trabalho, antes de atuar como técnico da entidade. Dessa forma, o agente introduziu para o programa as relações de tipo assistencialista (com o agravante paternalista que se verá adiante) que mantinha com grupos locais, transformando essas relações na base de sua atividade.

c) Finalmente, o agente pode servir como elemento obscurecedor da realidade, uma vez que raramente representa, de fato, a população que, teoricamente, é atingida pelos programas ou projetos.

De fato, nos programas de tipo assistencialista, o agente, por exemplo o técnico de Alto Lage, pouco ou nada tinha a ver com a população, reduzindo-se a mero intermediário entre instâncias hierarquicamente estabelecidas, em cujo interior busca definir seu papel e posição.

Os benefícios e resultados para a população

Qualquer programa de tipo assistencialista é de interesse do beneficiado, e é assim reconhecido. Essa questão não coloca nenhuma dificuldade, na medida em que os programas assistencialistas se situam no plano estrito do consumo, e que os beneficiados, em geral pessoas carentes, de baixo ou muito baixo nível de consumo, sempre se interessam (e sempre lhes é interessante) numa elevação de sua capacidade de consumo, seja de bens, seja de serviços.

É o caso por exemplo dos Centros Sociais e dos cursos que organizam. A instalação de um curso de alfabetização de adultos representa, para a população, a possibilidade de acesso a um serviço que, até então, por várias razões, lhe fugia ao alcance. Representa uma melhoria para essa gente, e isso é reconhecido rapidamente.

O programa assistencialista, no entanto, embora possa atender a necessidades importantes dos indivíduos isoladamente considerados, não considera as necessidades e carências objetivas do grupo ou população enquanto tais. Simplesmente presta serviços, sem lançar essa indagação. No caso do Centro Social de Alto Lage, por exemplo, foi montado um curso de corte e costura, porque era o mais viável, e atenderia às necessidades das mulheres da área. Não cabe aqui discutir a fundo a escolha. Basta considerar que, provavelmente (e posterior avaliação do programa mostrou isso) não se tratou de uma opção com base nas necessidades objetivas da população da área, e nem decorreu a escolha de um conhecimento razoavelmente estruturado dessa população.

Os aspectos característicos do assistencialismo

A partir dos exemplos e de todas as considerações tratadas até agora, poderíamos talvez nos permitir uma primeira tentativa de sistematização das características do assistencialismo, ou dos aspectos comuns, encontrados no universo dos projetos assistencialistas.

Elementos principais do programa	Por parte de quem <u>viabiliza</u>	Por parte do agente ou <u>técnico</u>	Por parte do beneficiado e/ou população
Práticas e atividades	<ul style="list-style-type: none"> - São por ele decididas e julgadas adequadas - Não surgem das necessidades fundamentais analisadas na população 	<ul style="list-style-type: none"> - São "dele" - Constituem a totalidade da ação: valem por si, e não como instrumentos de algo mais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Situam-se estritamente ao nível de consumo (bens ou serviços) - Geralmente não adequadas à realidade sócio-econômica nem à situação da população (capacidade, consciência, etc).
Métodos: como se utilizam os instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> - Retira-se da população ou grupo a <u>responsabilidade</u> ou <u>co-responsabilidade</u> 	<ul style="list-style-type: none"> - Representa o <u>viabilizador</u> e assume as suas idéias 	<ul style="list-style-type: none"> - Usufrui, somente, dos bens ou serviços - Não participa, não se organiza por si, não avança na consciência da realidade.
Relações	<ul style="list-style-type: none"> - Conserva poder de decisão, orientação, <u>avaliação</u> do projeto - É dono, por deter os <u>recursos</u> 	<ul style="list-style-type: none"> - Intermediário entre <u>viabilizador</u> e <u>população</u> - Superdimensionado - <u>Prestígio</u> com <u>tendência</u> à <u>perpetuação</u> - <u>Obscurecedor</u> da realidade 	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Usuários</u> - Dependência do <u>viabilizador</u> e do agente - Sem perspectivas de <u>mudança</u> do tipo de relações
Interesses, benefícios e resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de modelos externos julgados por ele adequados - Interesses imediatos (votos, poder maior de consumo...) - <u>Perpetuação</u> da situação vigente 	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Prestígio</u> e destaque; - Poder e influência pessoais - Possíveis interesses próprios (Sem que, necessariamente, isso seja <u>procurado</u> ou <u>aceito</u> conscientemente). 	<ul style="list-style-type: none"> - Resultados positivos e reconhecidos como tais, ao nível de consumo - Mas não atende aos reais interesses e benefícios da população, considerada como grupo ou categoria

O quadro que segue tenta descrever essa síntese; é claro que tal quadro é uma tentativa de simplificação, e deve ser considerado como tal. Carece de explicitação. Simplesmente, tenta visualizar os aspectos comuns ao assistencialismo.

IV - Os assistencialismos não são todos iguais

Se, como vimos, existem elementos comuns que podem caracterizar os diversos projetos assistencialistas, e que permitem identificar mais ou menos facilmente estes, há por outro lado fatores ou variáveis que estabelecem distinções entre formas diversas de assistencialismo, e podem permitir certa classificação dos projetos assistencialistas.

Daremos aqui atenção a dois desses fatores.

O agravante paternalista Vejamos um terceiro exemplo: o projeto Reconstrução, em Recife.

O projeto foi encaminhado pelo Conselho de Agências Voluntárias constituído em Recife em seguida às enchentes de julho de 1975. No caso, o objetivo explícito e central do programa foi de tipo claramente assistencialista: reconstruir casas destruídas pelas enchentes. Os resultados alcançados foram satisfatórios, na medida em que, em 8 meses, foram reconstruídas cerca de 3.400 casas, beneficiando 14.000 pessoas, com recursos de aproximadamente 3,5 milhões de cruzeiros, que foram levantados através de doações.

A questão importante, de momento, é verificar se, neste programa, houve além do assistencialismo o agravante chamado paternalismo. E por isso fazem-se necessárias algumas constatações:

- 1) Todos os envolvidos no programa chegaram rapidamente à compreensão dos limites reais do programa (reconstrução de casas) sem tentar nele incluir objetivos outros (processo educativo permanente, por exemplo);

- 2) Buscou-se criar estruturas de organização não ao nível das entidades, mas sim ao nível dos moradores. Tratou-se, na prática, de organizar pequenos grupos nas áreas atingidas e necessitadas, tanto para o manuseio das máquinas de fabricar tijolos quanto para o estabelecimento das prioridades de atendimento. Essas decisões eram tomadas coletivamente ao nível da população;
- 3) Houve uma compreensão bastante clara do tipo de organização necessária, que devia estar de acordo com a situação: para uma situação excepcional (enchente) não se devia criar uma estrutura pesada, de caráter permanente. Dessa forma, o próprio Conselho assumiu um caráter de provisoriedade, sendo considerado como uma instância de serviços, e que desapareceria quando deixasse de ser necessário.

Dessa forma, apesar de variações de área para área (os trabalhos se desenvolveram em 21 bairros de Recife) não se criou uma estrutura de tipo rígido, à revelia da população. A hierarquização, que não deixou de existir, assumiu uma conotação de divisão de responsabilidades, com papéis definidos a partir da existência de um princípio de organização.

Houve, é claro, conflitos, inclusive no interior dos grupos de pessoas atingidas (grupos de áreas). Mas não se procurou superar conflitos e dificuldades por via administrativa. Estes conflitos, mal-entendidos, dificuldades, afloraram e se apresentaram na sua verdadeira significação: o caráter contraditório da dinâmica interna das populações de bairros pobres de grandes cidades, e os aspectos inerentes a qualquer programa de tipo assistencialista, isto é, qualquer programa que busca prestar serviços à população ao nível estrito do consumo.

Eis um exemplo que, comparado com os dois outros citados anteriormente, pode esclarecer sobre o que seria o paternalismo. Ao contrário dos outros projetos citados, o projeto Re

construção conseguiu não resvalar para o paternalismo. Isso, porque estabeleceu entre doadores, agentes e população, tipos de relações, organização e atitudes que evitaram isso.

Paternalismo O paternalismo pode ser definido, em linhas
forma de con gerais, como uma forma de controle sobre
trole grupos sociais que tem por base a aceitação
recíproca de estruturação de grupo. Nessa estruturação, os
objetivos que o grupo se propõe alcançar são definidos pe-
los que ocupam o topo da estrutura hierarquica, e a respon-
sabilidade pelos resultados lhes cabe integralmente. De res
to, quase sempre, a legitimação do posto de controle no in-
terior do grupo se dá a partir de fatores ou critérios que
não dependem do grupo.

Dessa forma, existe uma diferença entre assistencialismo e paternalismo. O paternalismo, que pressupõe o assistencialismo, implica também em mecanismos de controle social de tipo estruturado. Isso quer dizer que, ao contrário do assistencialismo, que se limita a doar dentro de determinadas formas, o paternalismo organiza aqueles aos quais se dá, com base em critérios exclusivos daquele que doa ou maneja os recursos que são dados. O que não parece ter ocorrido no projeto Reconstrução, mas pode ser verificado nos outros exemplos citados.

O equívoco modernizador

Muitas vezes, confunde-se modernização com progresso ou mudança social. E por isso se tem, várias vezes, pensado que projetos que procuravam modernização, deixavam de ser assis-
tencialistas, e assumiam um caráter promocional, educativo ou de promoção de mudanças. Pode ser um sério equívoco.

Dos 3 exemplos citados, o projeto Gurupí é o que mais apresenta (ou pretende promover) essa modernização. É a ele so
bretudo que nos referiremos nas considerações que seguem.

Em sentido amplo, modernização significa a extensão das relações predominantes, que caracterizam as áreas mais desenvolvidas da economia (cuja expressão maior é o governo central) às regiões menos desenvolvidas, cujo comportamento permanece tradicional.

Em relação ao problema da modernização e seu significado no que tange aos projetos, convém esclarecer alguns pontos:

a) a racionalidade da produção e do comércio, em termos gerais, representa o alijamento de parcelas maiores da população, uma vez que atinge apenas indivíduos que, de uma forma ou outra, já têm condições de disputar o mercado, de acesso a fontes de crédito, etc.

Os projetos assistencialistas, quando bem sucedidos, entram nesta mesma perspectiva, na medida em que dão possibilidades apenas a grupos reduzidos de participar deste acesso. Em Gurupí, por exemplo, só o pequeno grupo de colonos poderia, com o sucesso do projeto, entrar nesses mecanismos, disputar o mercado, aprimorar-se como indivíduos. E é o risco que se corre na maioria dos projetos agrícolas comunitários, como em outros projetos.

b) a modernização é realizada numa perspectiva em que as relações sociais de poder são quase sempre rearticuladas, isto é, os grupos que comandavam a sociedade tradicional são os que têm também condições de assumir as novas formas e as novas relações. Isto implica no aumento dos grupos marginalizados.

Os projetos que trabalham na faixa assistencialista podem, quando muito, aumentar a capacidade de consumo de diminutas parcelas da população, colaborando assim como o processo de marginalização. Isso porque sua influência não altera os quadros do poder, nem preparam os ajudados numa perspectiva em que tomam consciência do processo social mais abrangente.

c) a modernização significa sempre a imposição de uma nova racionalidade que passa a orientar as relações pré-existentes. Embora muitas vezes esse processo possa ocorrer sob uma aparente manutenção dos modelos de relações tradicionais (como a roça comunitária, por exemplo), na verdade trata-se sempre de reforçar, nas camadas atingidas, os princípios competitivos e individualizadores que são específicos da racionalidade econômica dominante.

Os projetos assistencialistas, mesmo quando pressupõem trabalho conjunto em sua execução, tem por efeito impedir a compreensão das consequências desse processo ao nível da prática social dos grupos atingidos e a possibilidade de orientá-los segundo seus interesses reais, na medida em que não incluem em sua planificação a totalidade do fato social.

Distinções e classificação

Os dois fatores considerados, paternalismo e modernização, nos permitem já estabelecer distinções entre formas diversas de assistencialismo. Chegamos a dois tipos de classificação:

O assistencialismo pode ser simples, ou paternalista. Pode ser também do tipo tradicional, ou de tipo modernizador.

Os dois tipos de classificação não são independentes: um projeto tradicional pode ser simples ou paternalista, como também um projeto paternalista pode ser tradicional ou modernizador.

Sobre a primeira distinção feita, entre projetos simples e projetos paternalistas, já foram dadas explicações e exemplos. A comparação, principalmente, entre projetos paterna

listas (como o de Gurupi) e o projeto reconstrução de Recife, mostra a diferença, que se situa basicamente no nível das relações.

"Assistencialismo tradicional"

A segunda distinção talvez mereça maior explicitação.

a) O grupo do "assistencialismo tradicional" é formado por aqueles programas que se dedicam à prestação de serviços à população, sempre de tipo especializado, e que são a expressão pura e simples do desejo de servir aos necessitados. É nesse grupo que se incluem, por exemplo, programas de assistência aos hansenianos, programas que objetivam prestar auxílio em situações de calamidade ou catástrofe, certos tipos de ambulatórios médicos ou certos tipos de escolas. Apesar de apresentarem uma postura definida face ao processo social abrangente, assim como caracterizarem um tipo definido de intervenção social, geralmente permanecem à margem do processo de transformação ou, ao menos, pretendem manter-se à margem deste. E, em geral, a qualidade de sua intervenção é de tipo limitado, assim como é limitado o tipo de pessoas que o programa atinge: hansenianos, grupos atingidos por tal calamidade, etc. Desta forma, a população e a prática propostas são definidas em função do instrumento utilizado.

"Assistencialismo modernizador"

b) No grupo do "assistencialismo modernizador" incluiremos grande parte dos programas de intervenção social. Trata-se dos programas que, através de sua atuação, buscam formas mais aperfeiçoadas de relações sociais, sem, entretanto, se preocuparem com a qualidade das relações sociais que pretendem aperfeiçoar. Resultam, de certa forma, numa transposição para o universo dos programas de intervenção social, da postura "tecnocrática" face ao processo social global. São programas que não somente postulam o acesso de populações carentes ao consumo de bens e serviços, mas procuram fazer com que esses bens e serviços sejam de qualidade superior.

É nesse grupo que se integram os projetos agrícolas que têm por objetivo a disseminação de técnicas agrícolas mais sofisticadas, os cursos de pré-qualificação ou qualificação profissional, e outros. O ponto de referência desses programas, como dos do grupo anterior, é a capacidade de consumo das parcelas de população ou grupos de pessoas que integram os ditos programas. A diferença reside no fato de que, no primeiro caso (projetos tradicionais) busca-se melhorar os padrões de consumo, tão simplesmente, oferecendo o acesso a bens e serviços. No segundo caso, que é dos projetos de tipo modernizador, busca-se a solução com base nas tendências do mercado, através do qual se chega à aquisição de bens e serviços que serão consumidos. Em outras palavras, o assistencialismo modernizador resulta em práticas que buscam integrar os grupos ou parcelas de população nas formas modernas de consumo.

V - Continuar ou superar?

Exemplos, constatações e análise do problema do assistencialismo nos levam a algumas conclusões, que aqui descrevemos para os agentes sociais.

O assistencialismo onipresente

1) Em base nas descrições feitas do assistencialismo, e de suas várias formas, é forçoso reconhecer que, no atual contexto brasileiro, não há projeto ou programa de intervenção social que não seja, em totalidade ou pelo menos em parte, assistencialista.

Mesmo com as intenções e objetivos os mais "promocionais"; apesar de se implantar novos tipos de relações ou de se utilizar novos métodos e pedagogias que levem à co-responsabilidade e à participação, difícil será, senão impossível, escapar ao assistencialismo no plano das práticas e atividades concretas que integram o programa.

E isso pode levar a reflexão sobre as radicalizações de opiniões, e as discussões acirradas "a favor" ou "contra".

Isso situa a questão, basicamente, não num problema de escolha "sim" ou "não", mas num problema de superação gradativa. Superação, aliás que aparece muito mais urgente e necessária em projetos assistencialistas de tipo paternalista ou modernizador. Projetos de tipo tradicional, por exemplo, ou de emergência, podem muito bem ser aceitos como tais e serem justificados.

Assistencialis
mo promocional

2) A primeira superação, ou "ruptura" com o assistencialismo, ocorrerá normalmente ao nível das intenções e dos objetivos.

Isso é normal. Os programas não são estáticos. Não são eles recebem influências externas, como também enfrentam dificuldades decorrentes de sua prática, seja ao nível das relações internas ao grupo, seja ao nível das relações do grupo beneficiado com parcelas de população que lhe são abrangentes. Diante de influências e dificuldades, buscam-se soluções, procuram-se alternativas. E a alternativa mais frequentemente apresentada, é a busca de formas de prática de tipo promocional.

Opção:
resposta
crítica

A opção por programas de tipo promocional representa uma resposta crítica à alternativa assistencialista. Mas é preciso considerar essa passagem com bastante cautela. Essa opção, normalmente, tem seu deslançar no plano das idéias. Até que essa idéia se traduza em prática, há muitas mediações. Assim, é muito frequente que, no interior de programas de tipo assistencialista se verifique um desejo de mudança, e que esse desejo, essa intenção, passe a ser tomado como o elemento caracterizador do programa, nas suas dimensões práticas. Com isso se pode agregar um novo tipo de programas assistencialistas, que seria o "Assistencialismo promocional", ou seja,

aquele grupo de programas que sob uma capa de intenções de tipo promocional, preserva as linhas gerais e básicas do assistencialismo, principalmente do tipo modernizador.

Superação gradativa 3) A superação do assistencialismo, para ser real e efetiva, deverá então ir além do simples nível das intenções.

Deverá, primeiro, ser "promocional" ao nível das relações sociais implicadas no programa, relações tanto no interior do grupo atingido como relações desse grupo com a população abrangente.

Essas relações ainda são de tipo paternalista?

O viabilizador ou o financiador ainda é quem orienta, decide, impõe modelos, é dono?

O agente ainda é o superdimensionado, o insubstituível, o portador do projeto, o que pode obscurecer a realidade?

O beneficiário ainda é o dependente, só usuário, sem participação nas decisões, na orientação, na gestão?

Os programas ainda serão assistencialistas, também, se não efetivarem a passagem ao nível dos métodos, da maneira de se utilizar os instrumentos.

Há, no viabilizador, no agente e na população atingida, preocupação concreta e efetiva em que atividades e práticas sejam assumidas co-responsavelmente? E em que essas atividades e práticas sejam consideradas não como a totalidade da ação, mas bem como instrumentos que levem a população à consciência crítica, à participação, à solidariedade?

E sem dúvida então poderá se achar formas de superar o assistencialismo até ao nível das próprias atividades e práticas, que não mais se situarão ao nível estrito do consumo, mas atingirão fatores básicos de mudança social.

Michel Rousseau

C U R S O S : NÃO BASTA ESCOLHER UM INSTRUMENTO,
 HÃ QUE SABER USÃ-LO

Ida Jancsó

1. Colocação do problema

O objetivo dessas reflexões se prende a levantar algumas questões relativas a cursos de alfabetização de adultos, cursos supletivos ou cursos profissionais, utilizados como instrumentos no trabalho de educação de base.

A idéia surgiu a partir de algumas motivações: a experiência vivida, o contato com outras experiências e a constatação de uma tendência acentuada à utilização desse tipo de instrumento no trabalho de educação de base, voltado para as áreas de subúrbio de grandes cidades brasileiras.

A escolha de um instrumento implica em considerações de várias ordens, desde que se busquem respostas para problemas de populações delimitadas no tempo e no espaço.

A importância de se conhecer bem o instrumento

A clareza acerca das implicações inerentes a cada instrumento, como de seus limites e possibilidades, é de fundamental importância. Disso depende a utilização efetiva do instrumento como também a definição de outros ou novos instrumentos necessários para a viabilização de objetivos frente a situações concretas, e populações específicas.

Assim, há que se definir a natureza específica do instrumento, no interior de uma prática que é abrangente à sua utilização.

A formulação da questão é, aparentemente fácil. Todavia, as indagações e perplexidades com as quais os agentes de base se defrontam são muitas e de vários tipos.

A tentativa de análise que se segue tem por objetivo ser uma contribuição para aclarar o estágio atual dessas indagações e perplexidades no que diz respeito ao caráter do instrumento *cursos, seus limites e possibilidades*.

2. Cursos como alternativa instrumental/Tipos de curso

A experiência acumulada nos trabalhos de educação de base, de tipo "ação comunitária" revelava dificuldades crescentes de se atingir de maneira mais efetiva as populações suburbanas.

A idéia de montagem de cursos veio se constituir numa alternativa instrumental para o trabalho de educação de base junto a essas populações.

Diferentemente do que ocorre no trabalho junto às populações rurais, onde a interferência educativa se dá, via de regra, ao nível da atividade fundamental da população, qual seja, a atividade trabalho (assessoria agrícola, projetos ligados à agricultura, cooperativas, etc), o trabalho junto às populações suburbanas se prendia, quase que exclusivamente, às chamadas atividades de bairro, isto é, grupos de jovens, clubes de mães, conselhos comunitários, grupos religiosos e, ainda, ações voltadas para problemas de infra-estrutura de serviços.

A experiência desse tipo de atuação evidenciou problemas e lacunas de vários tipos.

Dentre estas, uma passou a inquietar os agentes de base de maneira mais aguda: não se atingia os chefes de família ao nível dos seus problemas principais, isto é, aqueles decorrentes da vida de trabalho.

É dentro desse quadro de indagações que se define, no horizonte das possibilidades, o recurso a cursos enquanto instrumento para atingir, nos programas de educação de base, a força de trabalho.

A proposta de cursos de alfabetização de adultos, cursos supletivos ou cursos profissionalizantes vinha atender, pensava-se, a interesses imediatos dessa parcela de população, visto que oferecia o acesso a pré-requisitos para determinadas funções e/ou profissões. Em outras palavras, a posse dos diplomas de tais cursos oferece melhores condições de concorrência no mercado de trabalho.

Dessa forma se tinha algumas condições para iniciar-se um processo de grupalização e, através de um determinado modo de organizar o curso, levar aqueles que o frequentassem a um aprendizado de comportamentos solidários. Tratou-se basicamente, em algumas experiências, da participação dos alunos na administração e manutenção do curso, aumento da participação de estudo em grupo, participação na elaboração de cartazes e jornal mural, etc. Tratou-se, ainda, da rejeição ao método tradicional de aulas expositivas, incluindo-se, além das aulas expositivas, debates, seminários e exemplificações profundamente calcados na experiência de vida dos alunos. No que diz respeito aos cursos profissionalizantes propriamente ditos, se incluiu, em alguas experiências, informações acêrca dos direitos e deveres do trabalhador.

A novidade em termos de proposta não residiu pois, pura e simplesmente, na montagem de cursos, mas sim no modo de organizá-los e na definição de a quem dirigí-los. Nessa medi

da não se tratou de oferecer cursos aos pobres em geral, em tal ou qual bairro popular, mas sim de atingir, através de um determinado tipo de curso, tal ou qual parcela da população pobre. Daí uma exigência de definição de ^{os} critérios adequados a uma proposta de trabalho na qual o curso é definido como um instrumento. Ao mesmo tempo, em alguns casos, se pensou e se buscou definir alternativas de continuidade ao processo de grupalização que o curso, enquanto instrumento, deveria viabilizar. Essa continuidade estaria referida à inserção de elementos do curso nos movimentos de bairro e/ou à montagem de novos instrumentos de grupalização.

As experiências com o manejo desse instrumento revelaram uma série de possibilidades, permitiram ampliar a compreensão do trabalho, levantaram indagações e novas dificuldades. Dentre essas, duas representam a síntese dessas indagações; a) que problemas decorrem do caráter específico do *instrumento curso*; b) a questão da continuidade de um processo de grupalização e avanço da consciência social.

3. Implicações do caráter específico do instrumento

É sabido que no interior das populações pobres a educação assume um conteúdo místico e, não raro, a falta da educação (no sentido de escolaridade) é considerada causa da pobreza. Por outro lado, a posse de diplomas dos cursos confere na mente das pessoas, melhores condições de concorrência no mercado de trabalho.

A proposta instrumental baseou-se, assim, numa hipótese preliminar: os cursos viriam atender a interesses imediatos das pessoas integradas na parcela de população que se busca atingir.

Expectativa que o curso desperta Aqui se coloca um problema cuja compreensão é da maior importância. Tais cursos levam à emergência de interesses imediatos individuais, e a motivação básica das pessoas está referida, em última instância, a uma tentativa de ampliação da sua capacidade real de consumo. Isto é, para os alunos os objetivos primeiros em relação aos cursos se situam em termos de obter um diploma para conseguir melhor emprego, melhor salário. Essa expectativa decorre imediatamente do caráter do instrumento, pelo fato de ser ele um curso de *pré-qualificação*.

Isso leva, as pessoas que fizeram os cursos a um melhor desempenho em tese, na concorrência no interior do mercado de trabalho e, principalmente, *não só em tese*, à consciência da possibilidade desse melhor desempenho.

Supletivo: tentativa de minorar as deficiências do ensino tradicional É preciso não esquecer que os cursos supletivos resultam numa alternativa do próprio sistema tradicional de ensino para minorar as insuficiências da rede física instalada de ensino e, nessa medida, visam, necessariamente, instrumentalizar os que os frequentam para o desempenho mais eficiente no interior do mercado de trabalho. Por outro lado os cursos profissionalizantes (nos moldes dos cursos do PIPMO) se situam também enquanto tentativa de minorar as insuficiências da rede física instalada de qualificação profissional da mão de obra. E isso sem esquecer os objetivos de tipo propagandístico (ampliação dos índices de qualificação profissional no país).

Acrescenta-se a isso um outro aspecto: os cursos supletivos como alternativa do sistema educacional se constituíram, também, em possibilidades de especulação comercial, dando surgimento à proliferação de "cursinhos" de iniciativa privada. Admitindo-se que a maior parcela da população que não concluiu o ensino do primeiro grau, não o tenha feito por razões de ordem econômica, ou seja, pelo caráter seletivo do próprio sistema educacional, essa alternativa não chegou, pois, a se constituir em alternativa real para essa parcela da população.

É no interior desse quadro geral que se deve encarar o caráter de tais cursos enquanto instrumentos de trabalho de base. Trata-se de cursos de pré-qualificação, gratuitos e, assim, apesar do método adotado e dos objetivos propostos pelos agentes, levam, também, à emergência de interesses individuais imediatos: tentativa de ampliação da capacidade individual de consumo.

Essa questão assume maior importância quando se sabe que, para os agentes, frequentemente, os cursos se situam enquanto instrumentos para viabilizar o exercício de comportamento solidários, prática organizativa, avanço da consciência social.

Vale a pena agora retomar uma questão anterior: aquela que diz respeito à escolha de cursos para fazer face às dificuldades e problemas decorrentes da prática de tipo ação comunitária, tomada como instrumento exclusivo.

Conforme se afirmou, o trabalho junto às populações suburbanas se prendia, quase que exclusivamente, às chamadas atividades de bairro, isto é, grupos de jovens, clubes de mães, conselhos comunitários, grupos religiosos e, ainda, às ações voltadas para problemas de infra-estrutura de serviços. Não se atingia a força de trabalho enquanto tal.

A escolha de cursos como alternativa instrumental face a essa situação nos permite levantar as seguintes hipóteses:

- 1) a prática de tipo ação comunitária leva à busca coletiva de soluções para problemas coletivos.
- 2) o curso como instrumento leva à busca individual de solução individual para um problema que é coletivo.

Todavia, essas hipóteses, não são tudo. Se ficássemos apenas nelas, chegaríamos à conclusão mecânica

É necessária
uma visão realista do quadro geral

de que o instrumento em questão (os cursos) não é eficiente ao nível dos objetivos propostos. Isso seria um equívoco. É

preciso considerar outros aspectos do problema.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que o fato do instrumento proposto ir ao encontro de interesses individuais imediatos não é, por si só, dado negativo. Afinal, a atitude individualista diante do mercado de trabalho é uma realidade, e decorre de um conjunto de elementos que compõem o quadro de valores vigente e as formas possíveis de sobrevivência.

Nessa medida, desde que sejam ultrapassados os limites dos interesses individuais imediatos, passa a se constituir em fator significativo de motivação. E aqui se coloca a importância do método a ser adotado, no sentido de: a) permitir aos alunos assumirem responsabilidades quanto à manutenção do próprio curso; b) permitir a compreensão da transmissão de conhecimentos como socialização de informações, conhecimentos e experiências de professor e alunos; c) o estudo em grupos; d) apresentar as matérias na perspectiva de vida dos alunos, etc. Esse tipo de coisa leva, também, à emergência de outro nível de preocupações de caráter mais coletivo.

Quanto às duas hipóteses levantadas, há que se evitar alguns equívocos possíveis:

- 1) Passou-se da prática de tipo ação comunitária para uma prática que, além desta incluía uma outra de tipo diferente, qual seja, os cursos. Aparentemente a prática de tipo ação comunitária tinha qualidade superior enquanto baseada no conjunto *prática coletiva - interesse coletivo*;
- 2) O instrumento curso, entretanto, surgiu como proposta em decorrência da crítica da prática anterior;
- 3) O instrumento curso isoladamente, aparece como de qualidade inferior (*conjunto prática individual-interesse individual*). Todavia ele permitiu atingir a força de trabalho ao nível de sua inserção no mercado de trabalho.

Isso, porém, não é tudo. Permanecem dois outros tipos de problema, quais sejam: a) a duração dos cursos que é, em geral, restrita; b) apesar do método adotado, a preocupação individual, sempre presente durante o decorrer do curso, com a obtenção do diploma. Aqui se coloca a questão da *continuidade* como questão central.

4. A questão da continuidade

A questão da continuidade está referida à idéia de articulação.

O problema, então, não é só o curso: é o *curso instrumento de prática* no interior de um conjunto de práticas também instrumentalizadas. A qualidade do instrumento-curso depende sempre de dois pontos:

- 1) *interno ao instrumento*: a qualidade do desempenho (o como fazer)
- 2) *externo*: qualidade da articulação com outras práticas também instrumentalizadas.

Resta, ainda, uma última questão. Ao se atingir a força de trabalho enquanto presente no mercado de trabalho, a articulação não pode ser pensada apenas ao nível das práticas de tipo ação comunitária. Há que se pensar em novas propostas

A ênfase na
busca de al
ternativas
de prática

de prática cuja tônica esteja referida à realidade da força de trabalho, enquanto tal. Nessa medida, quando da montagem dos cursos, essa deve ser uma preocupação presente: a busca de alternativas de prática. E mais, é preciso não esquecer que as experiências individuais, embora inseridas num contexto coletivo, são diversas e assim são diversos os níveis de consciência no interior do grupo de alunos. É por isso que não se pode pensar em uma alternativa de prática como continuidade, mas em propostas variadas de continuidade, incluindo-se, aí, as de tipo ação comunitária, considerando-se, sempre, os diversos níveis de consciência e prática.

Assim, somente no interior de uma experiência de tipo coletivo, o curso muda de configuração pois: (a) a sua qualidade não se define em si mesmo, tomado o curso isoladamente; (b) a continuidade necessária, no plano da prática coletiva, sempre se dá através de outras atividades.

PROJETO AGRÍCOLA: O INSTRUMENTO TEM IMPLICAÇÕES QUE NÃO SE PODE DESCONHECER

Carmen G. Mehedff

1. Introdução

O presente artigo se propõe analisar algumas implicações de correntes da utilização do projeto agrícola como instrumento de uma prática educativa desenvolvida entre agentes de base e parcelas de população (grupos de agricultores) no interior de programas de ação social.

Projeto agrícola existe por exemplo, para o INCRA no seu plano de colonização das áreas adjacentes à Transamazônica; para os empresários como empreendimento puramente econômico; para alguns padres como atividade agrícola de seus programas, exercidas de maneira espontânea; para entidades de caráter assistencial através de doações de terras e implementos como maneira de ajudar agricultores mais carentes, etc.

A compreensão do projeto agrícola como instrumento é fundamental no desenvolvimento do artigo uma vez que se tomará por base a experiência da FASE na sua utilização, no processo da prática educativa que a entidade se propõe desenvolver. Não se pretende aqui apontar soluções ou alternativas para o instrumento, mas tão somente levantar algumas questões que se tornam relevantes à medida que se vem desenvolvendo uma prática de intervenção social.

2. O projeto agrícola como instrumento: a experiência no interior dos programas da FASE

A experiência acumulada na FASE mostra como o projeto agrícola vem sendo utilizado como instrumento de prática educativa. As equipes FASE dos Regionais Norte e Nordeste que atuam em áreas rurais vêm há muito assessorando grupos de agricultores no desenvolvimento de projetos agrícolas com o objetivo de que esses grupos, através de financiamentos e assessoria agrícola, possam praticar uma racionalização e aprimoramento de técnicas de produção e desenvolver suas capacidades de organização e administração. Os projetos articulados com outros instrumentos (treinamentos sobre FUNRURAL, sindicalização, saúde, campanhas de documentação da população, etc...) servem também à concretização de objetivos mais amplos de valorização dos agricultores, de sua fixação ao meio rural, de estímulo à grupalização, de sua percepção da importância de suas atividades produtivas, de percepção dos mecanismos de comercialização, da inserção dos mesmos no mercado nacional, de uma percepção crítica enfim da realidade sócio-econômica e sua participação consciente na sociedade, com o desenvolvimento da prática de comportamentos solidários.

Alcance e articulação dos projetos Como instrumento, os projetos agrícolas nos programas da FASE sofrem variações de forma e conteúdo, isto é, não existe na instituição um modelo de projeto agrícola que seja adotado em todos os programas. Embora todos os projetos se refiram à atividade produtiva da população, eles assumem características locais de acordo com as especificidades das parcelas de população (grupos de agricultores) com os quais são elaborados, sem se esquecer, obviamente, da qualidade da percepção que tem as equipes dessas realidades.

Assim, no programa de Santo Antonio do Tauá, PA, são desenvolvidos projetos de cultivo de culturas temporárias (milho, feijão, arroz e pequena parte de hortaliças), em campos experimentais sob forma de mutirão, com agricultores posseiros, herdeiros e pequenos proprietários de 8 localidades do município, atingindo diretamente 80 famílias.

As características locais do programa de Cametá, PA, desenvolvem-se projetos para a produção de pimenta do reino, em quatro localidades, sendo que numa delas se cultiva mandioca para a produção de farinha também para a comercialização, sendo diretamente atingidas 250 famílias de pequenos proprietários. Já no programa de Santarém, PA, existem pequenos projetos de hortas comunitárias e de cultivo de arroz, com perspectivas de incentivo para cultivo de culturas perenes (banana, abacaxi e laranja) como meio de assegurar a posse da terra aos posseiros ali residentes e trabalhando há mais de 10 anos. No programa de Santa Luzia, MA, existem dois pequenos projetos para cultivo de arroz, mandioca e milho, envolvendo diretamente 16 famílias em dois povoados localizados em áreas de grandes projetos agropecuários. Na área de Alcântara, MA, o programa inclui quatro projetos em três povoados para o cultivo de arroz, e em menor escala, de feijão, com pequenos proprietários. O programa de Garanhuns, PE, abrange cinco projetos em seis localidades, com pequenos proprietários e alguns parceiros, em campos individuais para o cultivo de feijão, e um projeto de horta comunitária.

Em geral, em todos os programas se procura, sejam de culturas perenes ou temporárias, incentivar a colocação da produção no mercado. Os recursos aplicados nos projetos variam de compra de terreno para uso comum - campos experimentais, a compra de adubos, de inseticidas, de implementos, de sementes selecionadas.

Variações quanto aos recursos Verifica-se, pela exemplificação, que existem variações quanto aos produtos cultivados, quanto à utilização dos recursos, quanto à posse da área cultivada através dos projetos, quanto à condição dos agricultores com relação à propriedade da terra. Mas os projetos variam também quanto à procedência dos recursos (agências doadoras estrangeiras diversas) e quanto ao sistema de financiamento, que é feito através de doação ou de fundo rotativo organizado para possibilitar a continuidade e ampliação dos trabalhos, com retorno parcial ou total dos recursos no final do processo de produção, além de variarem também as modalidades de reaplicação do retorno.

São projetos de produção Resta ainda dizer que estes projetos são projetos de produção, ou seja, enquanto instrumento de prática educativa, se dirigem fundamentalmente à atividade trabalho da população, não se limitando portanto a atuação dos agentes ao nível de incentivo ao consumo.

Essas variações mostram que projeto agrícola no interior dos programas da FASE não é um projeto padrão seguido em todas as áreas, mas sim (e aí está o que o caracteriza) um instrumento entre outros, através do qual os agentes de base operacionalizam sua intervenção.

3. Alguns questionamentos em torno da eficácia do instrumento:

Caberia verificar entretanto, mesmo que os projetos variem de acordo com as características da população, se na realidade estes têm sido elaborados a partir de suas necessidades reais. Se os programas (e não só os projetos) são fruto de um esforço de sistematização por parte dos agentes que teriam buscado no interior da população seus problemas e necessidades e os devolvido a ela traduzidos em alternati

vas de prática que seriam desenvolvidos num trabalho conjunto agentes/parcelas de população através de instrumentos, no caso, o projeto agrícola.

São adequados os projetos?

Além desta, outras questões se colocam no plano da verificação da adequação do instrumento às necessidades reais da população e portanto dos objetivos que se quer alcançar (uma vez que não são os instrumentos mas principalmente os objetivos são condicionados às necessidades da população, e daí a dificuldade, em avaliações, de se partir dos objetivos). Trata-se de questionar o instrumento quanto à sua eficácia como um instrumento (articulado com outros) através dos quais os objetivos passariam do plano da intencionalidade dos agentes ao plano de progressos realmente vivencionados pela população. Assim, considerando os objetivos formulados para uma prática educativa instrumentalizada pelo projeto agrícola, articulado com outros instrumentos ao alcance da população, no âmbito ou não do projeto agrícola, considerado no seu sentido restrito, pode-se levantar algumas questões básicas.

3.1. O papel específico do projeto agrícola:

Pergunta-se qual o papel específico do projeto agrícola como instrumento em relação aos outros instrumentos. A experiência acumulada na FASE mostra que o projeto agrícola tem sido porta de entrada nas áreas rurais. Mas ele teria somente essa função? Como se explica então sua continuação, após a entrada na área? Em Santo Antonio do Tauá, parece existir tendência para tornar o projeto agrícola em dinamizador dos outros instrumentos. Qual é a tendência nas outras áreas onde já existe a prática há alguns anos?

3.2. O peso do projeto agrícola

Como o projeto agrícola se articula, na prática, aos outros instrumentos? Por ser um instrumento que até agora tem utilizado financiamentos aos agricultores, em que medida o projeto agrícola não assume um papel primordial no conjunto dos instrumentos, se não para os agentes, numa primeira instância, para a população que veria no financiamento um fator fundamental inclusive à sua própria sobrevivência, e então forçosamente também para os agentes? A experiência

com projetos agrícolas na área de Garanhuns tem mostrado exatamente que o fator financiamento tomou tais proporções para os grupos de agricultores que atualmente quase que impedem por completo uma prática em torno de outros instrumentos, além de existir uma imagem de FASE como agência financiadora a quem se deve pagar o retorno dos recursos investidos. E, em se tratando de projetos financiados, com fundos rotativos que implicam em retornos, há que considerar as reais condições do agricultor em aumentar sua produção de modo a lhe permitir um rendimento econômico tal que lhe possibilite retornar o financiamento parcial ou totalmente, com ou sem acréscimo (em alguns projetos é previsto um acréscimo simbólico ao retorno de modo a possibilitar aos agricultores um conhecimento prático de mecanismos de juros e correção monetária) e também poupar uma certa quantia a mais que lhe permitirá se auto-financiar. Por outro lado, há que considerar também todo o problema decorrente da necessidade de se produzir um

excedente acumulável no interior de situações de limitação brutal no plano das necessidades vitais de consumo da população, ou seja, em que medida se pode querer que uma parcela de população, que se situa abaixo do nível de subsistência, dê, no decurso de poucos anos, um salto qualitativo em sua prática de modo a lhe permitir sair de um nível de subsistência bastante limitado para um outro nível

É viável
pensar-se
em
excedente?

de integrantes e participantes do mercado nacional, sem que no entanto suas necessidades vitais no plano do consumo possam acompanhar esta mudança.

3.3. Frustração ou diferenciação

Considerando-se que um dos objetivos específicos do projeto agrícola é que agricultores possam praticar uma racionalização e aprimoramento de técnicas de produção, se na prática este objetivo for alcançado, em que medida os agricultores não se frustrarão uma vez que eles provavelmente não terão condições econômicas de aplicar as novas técnicas incorporadas? Mas a frustração estará também presente no caso de fracasso puro e simples do projeto.

Problema fundamental:
as relações do grupo com a população

Em contrapartida, um sucesso "econômico" do projeto trará implicações de outra ordem, ou seja, de diferenciação de um grupo ("o grupo do projeto") no interior de um conjunto que acabará por perder a sua vinculação, no plano da solidariedade, com esse conjunto. Pergunta-se então em que medida o projeto agrícola é instrumento de animação e organização da população do campo? Não se trataria mais de um instrumento de grupalização? Em se tratando de grupalização, há novamente que considerar a existência de financiamento e as conseqüências decorrentes de diferenciação de uma parte de um conjunto.

3.4. Percepção crítica da realidade sócio-econômica

O instrumento realmente possibilita a percepção pelos agricultores de sua participação direta como produtores no contexto sócio-econômico e político da região e do país? No caso afirmativo, se coloca ainda toda uma discussão em torno da qualidade dessa percepção, isto é, não se trata somente de perceber a importância de sua atividade produtiva,

mas, e principalmente, trata-se de perceber porque ela é importante, de que forma eles participam (ou não) do contexto, quais os mecanismos regulatórios, nesse contexto, à sua participação, e como, dada a relevância de sua atividade, deve ser esta sua participação.

Projeto agrí-
cola e comer-
cialização

Em que medida o projeto agrícola favorece a participação dos agricultores no processo de comercialização da produção, procurando sua integração no mercado nacional? Ora, no caso de sucesso econômico do projeto, isto sempre ocorre. Mas ainda aqui, se trata da qualidade da percepção sobre os mecanismos de comercialização, que pode ser eficiente no plano do progresso individual, isto é, por exemplo, no plano da instrumentalização do indivíduo no sentido de sua integração no sistema, mediante o modelo e os valores do sistema.

Respostas a estas indagações terão forçosamente que ser bus cadas no interior da população, através de análise das relações produzidas entre agentes e parcelas de população no interior dos programas, e fundamentalmente, entre estas parcelas de população e a população mais abrangente (não atingida pelos programas), tarefa a que se dedicam no momento as equipes FASE do Regional/Norte, num processo de avaliação dos projetos agrícolas enquanto instrumento de prática educativa.

É no plano das relações entre parcelas de população (grupos dos projetos agrícolas) e população abrangente que se situa duas outras implicações de fundamental importância em se tratando de uma prática educativa que se propõe desvolver percepção crítica da realidade e prática de comportamentos solidários.

4. Grupo e população: diferenciação e novas relações no interior de uma classe?

O projeto agrícola, no interior dos programas, é limitado quanto aos recursos alocados à população uma vez que dependem de financiamentos de entidades várias, limitando assim a uma parcela mínima a população por ele beneficiada. Por outro lado, está bastante claro, para os agentes na FASE, que se utiliza o financiamento somente porque o projeto é um instrumento de articulação dos agricultores para propiciar aprimoramento das técnicas de produção e como forma de organização da atividade produtiva dos agricultores, o que implica a necessidade de pequenos investimentos.

A extensão do projeto É claro que são diretamente beneficiados não são os agricultores que fazem parte dos projetos, mas também suas famílias. Um outro lado a ser considerado é que existe grande preocupação por parte dos agentes com relação ao possível efeito multiplicador do projeto, ou seja, à possibilidade de articulação dos grupos dos projetos com o restante da população vizinha e transmissão da experiência acumulada nos grupos pelos próprios elementos dos grupos.

4.1. Grupalização ou "elitização"?

O fato permanece entretanto, que dadas as características bastante próprias do instrumento enquanto implica em financiamento a pequenos grupos no interior da população, o instrumento possui um caráter mais sério de seletividade (considerando-se que todos os instrumentos são seletivos, na medida em que se trabalha com grupos e não com populações inteiras). É verdade que forçosamente se estabelecem critérios para determinar qual parcela da população participará do projeto (o que ocorre na utilização de qualquer instrumento), mas no caso do projeto agrícola trata-se além disso

de determinar qual parcela receberá o financiamento, o que dá toda uma outra dimensão à questão de seletividade do instrumento. O caráter seletivo dos instrumentos em geral implica no surgimento de novas relações no interior da população, mas no caso do projeto agrícola, pela especificidade do financiamento, as novas relações podem assumir um caráter diverso daquelas geradas por outros instrumentos. É o caso, quando o projeto é bem sucedido, de diferenciação de um grupo no interior da classe, que perde sua vinculação, no plano da solidariedade (consciência prática) com essa classe. Um exemplo se encontra no programa de Alcantara-MA, onde o projeto agrícola é o instrumento por excelência. Os agricultores participantes do projeto, produziram um pouco mais que os outros da área e precisaram de mão de obra adicional na colheita. Pagaram muito barata a mão de obra utilizada e por outro lado, quando se tratou de auxiliar no trabalho de pulverização de inseticidas nas lavouras de outros agricultores (não do projeto) cobraram muito caro o aluguel de sua própria mão de obra.

É bem verdade que o exemplo em si e relatado tão sucintamente, sem uma análise de todo o programa, não demonstra a veracidade do questionamento, nem se pode, a partir dele, generalizar como verdadeira a afirmação de que o projeto agrícola seja instrumento "elitizante", (se se pode utilizar a expressão), mas também não deixa de confirmar como possível implicação séria que se deve considerar quanto à eficácia do instrumento, dentro de uma prática que se pretende educativa.

4.2. Capitalização de um grupo?

No plano de surgimento de novas relações no interior de uma classe, há que considerar com mais atenção o sistema fundo rotativo do projeto agrícola. Em geral, na FASE, a origem

do fundo rotativo se encontra como simples reflexo de uma mudança de "paternalismo" para "promoção humana", isto é, não simplesmente dar o dinheiro. A devolução (retorno) exigida era porém simbólica e na verdade só se contava com ela para continuar o projeto, sendo que na maioria dos casos se previa que a quantia financiada reverteria para o grupo sob forma de doação. No momento existe grande preocupação em aprimorar, com o retorno, a aprendizagem de custos de produção e dinamizar a capacidade de gerência dos agricultores.

Mas a questão aqui se centraliza no valor e função do fundo rotativo no interior de um programa educativo.

Fundo rotativo: instrumento para que?

Na medida em que se destina a fornecer condições financeiras para garantir a continuidade e ampliação do programa, o fundo rotativo pode normalmente reforçar o ingresso desses ganhos em relações que são nitidamente contrárias ao interesse da população. Assim, o que pode acontecer é que se desenvolva no grupo beneficiado uma perspectiva de isolamento em relação à população, com ajuda dos elementos educativos a que se propõe o projeto, isto é: corre-se o risco de perda dos elementos fundamentais propostos.

5. O que se busca afinal

Não se trata aqui, é importante salientar, de questionar a validade do projeto agrícola, mesmo que aparentemente, o artigo se tenha prendido a apontar mais questionamentos do que validações em torno do projeto agrícola como instrumento. Tratou-se, pelo contrário, a partir da experiência acumulada pela FASE na utilização do instrumento, de levantar algumas questões em torno da eficácia do projeto agrícola como instrumento de um trabalho de educação de base.

Caberia pois aos agentes de base, diretamente envolvidos com a utilização do projeto agrícola, não só nos programas da FASE, como em outros programas, analisar e avaliar suas práticas, e, com base nisso avaliar a validade dos próprios questionamentos aqui apresentados.

O CULTO AO ÚLTIMO LIVRO

Ler mais é saber mais?

Concluídas as férias, professores e alunos estão de volta às aulas, aos debates e aos livros. Não seria uma boa hora para refletir sobre o papel dos livros no desenvolvimento das ciências e na educação da juventude?

Os homens não pensariam se não falassem; mas pensam sem escrever. Pensamento e linguagem se desenvolveram de braços dados e tendo por base o esforço conjunto dos homens primitivos para dominar a natureza hostil e melhorar suas condições de vida. Trabalhando, os primeiros homens não só modificaram suas relações com o meio natural e entre si, mas modificaram também a si mesmos, tornando-se capazes de pensar e de comunicar-se. Portanto, trabalho, pensamento e linguagem são inseparáveis. A escrita, porém, não é imprescindível e só apareceu muitos séculos mais tarde na vida dos homens. Ainda assim, a linguagem escrita, embora tardia e menos importante, facilitou tanto a transmissão e a conservação da cultura e estimulou tanto a procura de métodos mais disciplinados e mais rigorosos de pensamento que a sua invenção foi adotada para repartir a caminhada dos homens em tempos pré-históricos ou pré-letrados e tempos históricos e documentados.

Contudo, a criação dos sistemas de escrita coincidiu, em traços gerais, com a aparição da propriedade privada e a divisão das comunidades primitivas em classes, e assim logo se transformou num instrumento de manipulação política e cultural e no ofício privilegiado de grupos restritos da sociedade. O trabalho manual e o trabalho intelectual separaram-se, e conseqüentemente a cultura popular e oral se afastou cada vez mais da cultura erudita e escrita.

O estágio do desenvolvimento técnico dificultava a difusão da cultura letrada. Os trabalhadores eram obrigados, desde crianças, a dedicar seu tempo quase inteiro à dura labuta para assegurar sua sobrevivência e o progresso material da sociedade. Por outro lado, foi preciso aguardar muitos séculos até que os primeiros textos, raros e custosos, copiados à mão em tábua de madeira ou em peças de argila, depois em rolos de papiro ou nos códices de pergaminho, pudessem ser substituídos pelo papel, introduzido na Europa pelos árabes, e pela impressão tipográfica, inventada pelos chineses no século IV e criada na Europa por Gutemberg no século XV. Ainda assim, mais alguns séculos teriam que passar até que os primeiros livros impressos em papel, os famosos incunábulos com suas iluminuras e suas edições caras e restritas, cedessem lugar aos modernos livros de bolso, editados em milhões de exemplares e vendidos por preços mais acessíveis.

Esse divórcio secular entre o trabalho produtivo e a atividade intelectual prejudica a luta para proporcionar um novo padrão de vida para todos. No entanto, esse divórcio prejudica igualmente aos cientistas. O conhecimento humano só dispõe de uma fonte para alimentar-se: a prática transformadora da natureza e da sociedade. O conhecimento não brota dessa prática de maneira imediata e espontânea, é certo; percorre um ciclo que vai da prática transformadora ao conhecimento sensível, do conhecimento parcelado e superficial ao conhecimento racional profundo e unificador, e desde novamente à prática e ao confronto com a realidade. O conhecimento da realidade objetiva pelos homens não dispensa, por conseguinte, sua atividade mental: o esforço para proceder ao levantamento mais fiel e mais rico possível de dados, a elaboração desses dados segundo uma perspectiva teórica e metodológica correta e o teste e o enriquecimento da orientação teórica-metodológica com as novas descobertas. Mas, se o desenvolvimento das ciências naturais e sociais depende de que o pesquisador adote o sistema teórico,

o método de análise e as técnicas de pesquisa mais avançados que a humanidade já produziu, ele depende acima de tudo de que o pesquisador entre em contacto direto com a realidade e participe pessoalmente da prática transformadora da natureza ou da sociedade. Querer desenvolver uma teoria sem experiências práticas é tão insensato como pretender levantar-se do chão puxando os próprios cabelos. Cortada da prática, a teoria murcha, apodrece; se ainda cresce, será uma inchação doentia e desregulada de textos que giram em torno de si mesmos, que se extraviam nos detalhes ou nos problemas falsos, que complicam a linguagem sem trazer nenhum conhecimento novo nem muito menos introduzir qualquer progresso na realidade objetiva. Manter o divórcio entre o movimento prático e o movimento teórico de nossa sociedade é, portanto, duplamente prejudicial: condena os trabalhadores manuais a um ativismo ineficaz e os intelectuais a um teoricismo estéril. Para que o divórcio tenha fim e a teoria e a prática se fecundem e se corrijam automaticamente, é preciso levar a ciência aos trabalhadores manuais e os cientistas ao trabalho. Este imperativo é cada vez mais urgente porque, nas condições novas da época atual, ressurgiu a possibilidade e a necessidade de eliminar novamente a divisão entre o trabalho normal e o trabalho intelectual. Ora, nesse esforço, o livro joga um papel contraditório de instrumento e obstáculo ao mesmo tempo. Redigido com clareza e concisão, sobre temas relevantes, o livro é um meio insubstituível: resume os conhecimentos já alcançados, divulga-os, incentiva à ação e a novas descobertas. Por isso, é preciso colocá-los nas mãos de todos. Mas, se o livro se converte de instrumento auxiliar de conhecimento num fim em si mesmo, transforma-se num pernicioso empecilho ao progresso autêntico das ciências e dos cientistas.

Infelizmente, os sintomas dessa doença cultural do culto aos livros ainda podem ser observados em setores expressivos de nossos meios intelectuais e estudantis. Corre-se atrás dos livros como se ler mais fosse necessariamente sa-

ber mais. Quem não está em dia com os últimos lançamentos, é olhado com desprezo. Não se tem tempo para pesquisas de campo, para o trabalho em equipe, para praticar em atividades produtivas ou acompanhar a atualidade política; porque é preciso ler, ler sem interrupção. Discute-se cada vez menos sobre a realidade e mais sobre os textos. Polemicas se travam em torno de textos que interpretam textos. Pormenores cada vez menos atuais prendem a atenção que, concentrando-se nas árvores, não enxerga a floresta. Até autores importantes, em cujo pensamento e união entre a teoria e a prática ocupa um lugar central, não escapam a uma espécie de nova tradição talmúdica; seus textos são mexidos e remexidos, fragmentos inéditos de sua obra são esmiuçados, edição e traduções de seus livros são comparadas minuciosamente, como se dessa pura exegese do texto, sem investigações concretas, sem experiências práticas, pudesse advir a solução para os problemas que eles deixaram abertos. Nesse circuito fechado de um saber prisioneiro dos livros, as modas intelectuais se criam e se destroem com a maior rapidez. E como entre iniciados a clareza de expressão já não parece tão importante, a linguagem se empola, aristocratiza, e muitas vezes isto ocorre para encobrir o conteúdo vazio por debaixo de uma forma aparatosa; fala-se e escreve-se muito porque se tem pouco o que dizer. A hierarquia entre a realidade e o pensamento e entre o pensamento vivo e a linguagem escrita se inverte a tal ponto que um livro, para não ser considerado superficial, tem que ser longo, e só é profundo se for difícil de entender.

Como o livro é o novo critério de saber, esses leitores recordistas têm que exhibir também seus artigos e seus livros. Mas como prepará-los, sem pesquisas novas e sem uma experiência prática mais rica? Escrevem-se então livros sobre livros. O saber se transmuda na repetição comentada e logo distorcida do que já fora descoberto antes; o que é uma contradição incômoda pois os cultores do último livro valorizam muito a novidade e a originalidade por si mesmas; o jeit

to, então, é mudar aqui a terminologia, alterar ali a ordem da apresentação dos elementos de uma tese e fabricar assim as escolas acadêmicas e os autores da moda, que se disputam sem grandes divergências mas com uma intolerância cômica. Os cultores do último lançamento não levam a sério também o caráter social e cumulativo do conhecimento; imaginam que os gênios nasceram feitos e criaram as obras primas encerrados em seus gabinetes e entregues a uma meditação solitária; por que então iriam se preocupar em aprender com as gerações anteriores? Preferem arrombar portas que já foram abertas... E se o livro é critério de saber, que contribuição se poderia esperar de pessoas que, se muito, leram dois ou três livros na vida?

O erro dos que sucumbem ao culto desenfreado dos livros, é profundo. Primeiro, porque é a prática que transforma a natureza e a sociedade, e não o pensamento ou os livros por si mesmos. Assim, que utilidade pode ter uma teoria que não é transmitida a quem interessa ou um pensamento que nunca sai dos livros para enfrentar o desafio da interpretação e da transformação da realidade concreta? Segundo, não se aprende só nos livros; estudar nos livros é uma forma indispensável de aprender a teoria e pesquisar a realidade; mas não é a única, nem a principal. Todo conhecimento novo nasce da experiência direta. Um homem, naturalmente, não pode ter experiência direta de todas as coisas, e por isso seus conhecimentos são formados em parte por sua experiência direta e em parte pela experiência indireta, que ele recolhe através de livros e relatos. No entanto, o que é experiência indireta para um homem, é experiência direta para outros; e nenhum homem é capaz de assimilar os livros e a experiência de outros se ele próprio não tiver alguma experiência direta e alguma participação pessoal na prática transformadora do mundo. Aos intelectuais que só estão interessados em ler e publicar livros, participar dessa prática pode parecer perda de tempo ou um desvio de suas nobres funções; no entanto, só assim eles fertilizariam sua inteli

gência; além de que, assumindo uma parte dos encargos manuais permitiriam que os trabalhadores manuais também pudessem ler e escrever, com o que todos sairiam beneficiados e a capacidade geral de produção científica da sociedade se elevaria incomparavelmente.

Felizmente, amplia-se a cada ano o número dos estudantes e dos intelectuais que buscam uma orientação nova para o trabalho teórico. Esforçam-se por conjugar o estudo da teoria com a realização simultânea de pesquisas concretas, e ambos com uma atuação prática permanente. Empenham-se também em trabalhar em equipe e escolhem seus temas não por mera predileção pessoal, mas pela urgência e importância social que encerram. E ainda um movimento inicial e cercado de dificuldades; mas é o que merece apoio e que afinal prevalecerá, sem dúvida. (Transcrito do MOVIMENTO, março/76 - pág. 2).

CONTRIBUIÇÃO AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA UMA NOVA POLÍTICA DE AJUDA

Equipe de redação: Beatriz Araújo
Elter Dias Maciel
Ida Jancsó
Istvan Jancsó
Laís Mourão

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
192 páginas
1976 - Salvador - BA

Este documento vem contribuir para a compreensão da problemática que envolve os países em vias de desenvolvimento e que constitui no momento atual um tema de intensa discussão - *a ajuda externa a programas de intervenção social.*

No Brasil, especificamente, existem mais de 600 programas de intervenção social, que recebem mais de ... Cr\$ 300 milhões. Nota-se a importância desta análise, principalmente, se levarmos em consideração, populações de vários municípios, agentes intermediários, doadores, enfim grande número de pessoas que estão envolvidas direta ou indiretamente

neste processo.

Por outro lado, o documento confirma a necessidade urgente de se fazer alguma coisa para melhorar a situação de populações marginalizadas. Situação esta de grande dependência e que a ajuda constitui pura e simplesmente o instrumento utilizado para reforçar, de forma direta, este processo. Não se pode negar que os obstáculos existem (e como) mas as tentativas de minimizá-los serão sempre bem-vindas. O trabalho não surgiu de uma proposta teórica, mas sim das necessidades impostas pela prática, que exigem maior eficácia no plano da intervenção social e da

ajuda.

Dada a complexidade do assunto o estudo se limitou ao Nordeste. Mas percebe-se, claramente, no desenrolar do documento o aspecto de que a região nordestina, sua história, suas necessidades, foi vista como um todo articulado e em permanente transformação. Portanto, é necessário compreender que a perspectiva do trabalho abrange uma realidade bem mais ampla, apesar do texto estar profundamente calcado em experiências concretas de diversos programas do Nordeste.

A pedido da CESE - Coordenação Ecumênica de Serviço, o trabalho foi elaborado em duas etapas, durante quase um ano de interrogações e expectativas:

- A 1a. etapa foi baseada no estudo e análise documental de vários programas, como também, do estudo *in loco* de um número limitado de atividades desse tipo. Na 2a. etapa, deu-se início, a redação do texto, que procurou de maneira crítica, analisar o problema da ajuda.

Os objetivos gerais situam-se em dois planos:

1º) oferecer possibilidades a CESE de se instrumentalizar para desenvolver seus objetivos, permitindo-lhe assumir uma linha de atuação coerentemente integrada em torno da compreensão articulada tanto:

- a. do universo em cujo conjunto de relações pretender interferir no plano da intervenção social;
- b. do universo de relações em que se constitui a ajuda a programas de intervenção social;
- c. da relação que se estabelece entre os dois níveis (a e b) que se definem e redefinem mutuamente, sem, por formarem um conjunto, perderem sua especificidade.

2º) estabelecer um quadro geral de alternativas para uma política de ajuda. Evidentemente o primeiro referencial foi a CESE. Mas na medida em que a própria CESE é parte de um conjunto mais amplo de entidades que operam no mesmo plano, o trabalho considera que:

- a. o nível de propostas si-

tua-se num plano de generalidade tal que poderá ser instrumentalizado por outros programas similares;

- b. o nível de propostas, mesmo em sua generalidade, representa um instrumento operacional para a CESE.

Numa leitura atenciosa pode-se compreender o conteúdo da análise, que assim procede:

I. INTRODUÇÃO: é feita a colocação do problema de forma sintética e dos objetivos propostos para a reflexão inserida no texto.

II. O NORDESTE: capítulo onde é analisada a evolução histórica do Nordeste, de maneira tal que possibilita compreender as implicações do processo de transformações e, nesse contexto, quando se colocou historicamente, a questão dos programas de intervenção social e da ajuda a estes.

III. O QUE É AJUDA: tentou-se localizar ajuda com:

- os programas,
- a população e
- as instituições que propiciam a ajuda.

Em seguida, propõe-se uma conceituação da ajuda, inserida no contexto das relações fundamentais que a tornam instrumento efetivo de prática social.

IV. A ORIGEM DA AJUDA: neste capítulo, notamos a análise de diversos aspectos relacionados com ajuda:

1º. *as entidades doadoras*: Quando se afirma, como no texto, que "a ajuda será compreendida como sendo a viabilização de programas de intervenção social, limitando-se os critérios e os controles no interior do programa específico a referências de caráter estratégico, buscou-se enfatizar a importância que assume a prática social do doador" (pág. 52). Neste item fica evidente que quem ajuda, no país de origem, é quem produz valor, isto é, a população engajada, de várias formas, no processo produtivo que define, a base material da sociedade doadora. Compreende-se, como valor, trabalho humano realizado, assumindo diversas formas (recursos financeiros, equipamentos, assessoria técnica,

etc.)

2º. *a qualidade da ajuda:* procura-se esclarecer a multiplicidade das relações que conferem qualidade às formas de transferência de valor e intencionalidade para o interior dos programas de intervenção social. Busca-se, neste item, tornar claro a verdadeira relação entre valor e intencionalidade, enquanto componentes de um mesmo instrumento: a ajuda.

3º. *origem dos instrumentos da ajuda:* é destacada, após a compreensão da qualidade da ajuda, a necessidade de entender os mecanismos que permitem ao doador dispor do valor em que implica a ajuda.

4º. *objetivos de quem ajuda em relação ao ajudado:*

estes objetivos são analisados a partir de três dimensões:

- população,
- atividade central dos programas ajudados
- tipos de objetivos expressos pelos programas ajudados.

O enfoque é sempre dado em função da necessidade de

compreender as formulações das entidades, verificando de que forma interferem na capacidade, real ou aparente, de formulação de objetivos por parte de quem é responsável pelos programas de intervenção social.

V. A EFICÁCIA DA AJUDA: neste capítulo é levantada a questão da complexidade no fato de que os programas geralmente propõem práticas situadas ao nível da capacidade de consumo das populações, sendo esta extremamente baixa. Em geral, esta situação passa despercebida aos responsáveis pelos programas. Normalmente confundem grupo e população. Esta confusão resulta no agravamento dos problemas, juntamente com os mecanismos utilizados na implantação e desenvolvimento dos programas. Portanto, diante de tudo isso, é discutida a imposição de mecanismos de gestão, de tipos de racionalidade e de modelos de interpretação da realidade e da prática, como também, de avaliação, que muitas vezes, impedem a resolução dos problemas. Em se-

guida a análise é voltada para a eficácia dos programas, considerando, como tal, a capacidade de, através da utilização de instrumentos previamente determinados, num prazo de tempo previsto, atingirem objetivos anteriormente fixados.

Finalmente deparamo-nos com a tão difundida expressão: "o impacto social não avaliável", que é o resultado da tendência que os programas têm de se fecharem em si mesmos, permanecendo à margem da vida corrente.

Em anexo ao texto, encontramos uma coletânea de tabelas, sobre o Nordeste, distribuídas da seguinte forma:

1. A ajuda
2. Demografia
3. Migrações
4. Educação
5. Saúde

6. Atividade econômica

7. Habitação

8. Renda

Estes dados foram anexados para oferecer aos agentes de base, material quantitativo ordenado, com o objetivo de facilitar o trabalho realizado nas diversas regiões do país.

Encontra-se, também, no conjunto do documento uma relação bibliográfica, que foi analisada especificamente para o trabalho e uma relação dos programas que foram consultados na 1.ª etapa do trabalho.

Finalizando podemos dizer que a leitura deste estudo e os questionamentos que porventura aparecerem, possivelmente, constituirão veículos para uma tomada de posição, àqueles que se preocupam com a realidade deste povo.

Beatriz Araújo

CURSO DE MADUREZA

Avaliação de um instrumento pedagógico utilizado no trabalho de educação de base

Neise Deluiz Cortez e Ida Jancsó

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

144 páginas

1976 - Rio de Janeiro - RJ

O presente estudo é o resultado da avaliação de Cursos de Madureza orientados pela equipe da FASE em São Paulo, em três vilas da periferia da capital. Tornar mais eficiente a participação da população nas atividades comunitárias e grupalizar o pessoal vinculado ao mercado de trabalho do setor secundário, para motivá-lo a uma intervenção dentro e fora do bairro, são os elementos básicos que inspiraram à equipe técnica da FASE a proposta de Cursos de Madureza. Depois de um ano de utilização do instrumento, a equipe responsável pelo encaminhamento destes cursos em São Paulo levanta a questão que o presente estudo se propõe a responder. Até que ponto os Cursos de Madureza são instrumento

eficiente de grupalização capaz de levar os alunos à participação social mais abrangente?

A resposta ao questionamento da equipe de São Paulo é procurada a partir da hipótese central que orienta todo o trabalho de avaliação: "O Curso de Madureza, enquanto instrumento pedagógico de interferência educativa da FASE, contribui para o desenvolvimento da consciência social das pessoas junto às quais se trabalha". A maneira mesmo como é formulada a hipótese evidencia o propósito de não se proceder à avaliação puramente quantitativa dos Cursos de Madureza. A avaliação, cujos resultados o presente trabalho sintetiza, teve um papel muito mais importante de acompa-

nhar, orientar e corrigir a prática educativa desenvolvida e acumulada pela FASE e, bairros de periferia de São Paulo.

O trabalho representa ainda o esforço de sistematizar uma experiência "sui gêneris" no campo de educação permanente. Registra depoimentos dos agentes envolvidos na experiência, professores e alunos, como base para a análise dos avaliadores. A interpretação destes depoimentos inclui elementos esclarecedores sobre a eficácia do instrumento Curso de Madureza, muito úteis como ponto de referência e apoio para todos aqueles que trabalham diretamente com populações.

A seriedade do estudo é evidenciada, entre outras coisas, pela importância que se atribui a professores e alunos durante o decorrer de todo o processo de avaliação. Todo o universo com relação aos professores é entrevistado e o leitor poderá ver estes depoimentos acompanhados de oportuna análise qualitativa. Dois terços, ou seja 66% do universo dos alunos, foi igual

mente entrevistado. Isto permitiu aos avaliadores coletar farto material de análise codificado em 33 tabelas. Alguns depoimentos de alunos são transcritos na íntegra, com o objetivo de reforçar ou explicar a interpretação atribuída aos dados.

Com base na análise dos dados fornecidos pela pesquisa de campo, o estudo enfatiza que, a nível do trabalho educativo, o agente jamais deverá limitar-se a um só instrumento, como se ele sozinho fosse capaz de criar para a população condições de desenvolvimento da consciência social. Torna-se imprescindível, ao contrário, articulá-lo com outros instrumentos-meio para se atingir os objetivos gerais de grupalização e de amadurecimento de comportamentos solidários e de consciência coletiva. O próprio instrumento, Cursos de Madureza, traz consigo significativa sobrecarga de limitação, uma vez que reproduz toda uma limitação dos objetivos individuais imediatos daqueles que o procuram.

Tarcísio W. Brandão

EQUIPES LOCAIS

REGIONAL NORTE

Escritório de Belém
Rua Bernal do Couto nº 1329
(0912) 22.0318
66.000 - Belém - PA

Escritório de Cametá
Rua Frei Cristovão de Lisboa 1420
68.400 - Cametá - PA

Escritório de Santarém
Rua 24 de Outubro nº 952
68.100 - Santarém - PA

Escritório de Sto. Antônio de Tauá
Santo Antônio de Tauá - PA

Escritório de São Luis
Conjunto Yolanda Costa e Silva

Quadra G, casa 2

2.1817

65.000 - São Luis - MA

REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife
Rua Pacifico dos Santos nº 110
(0812) 22.0025
50.000 - Recife - PE

Escritório de Garanhuns
Av. Rui Barbosa nº 200
2392
55.300 - Garanhuns - PE

Escritório de Fortaleza
Rua Dona Leopoldina nº 1344
(0852) 26.2881
60.000 - Fortaleza - CE

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório do Rio de Janeiro
Rua das Palmeiras nº 90
(021) 266.1265 246.4559
20.000 - Rio de Janeiro - RJ

Escritório de Vitória
Rua 7 de Setembro nº 529
(0272) 3.7436
29.000 - Vitória - ES

Escritório de São Paulo
Rua Loefgren nº 1651, casa 6
(011) 71.4694
04040 - São Paulo - SP

Escritório de Porto Alegre
Rua Gaspar Martins nº 470
(0512) 25.0787
90.000 - Porto Alegre - RS

P R O P O S T A

no próximo número

AVALIAÇÃO



Federação de Orgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras, 90 - ZC 01

Tel.: (021) 266-1265 e 246-4559

20.000 - Rio de Janeiro (RJ)